

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP nº 1685453 - SP (2015/0053629-4)**  
**RELATOR : MIN. MARCO BUZZI**

EMBARGANTE : BANCO SANTOS S/A - MASSA FALIDA  
ADVOGADOS : PAULO DE TARSO RIBEIRO KACHAN E OUTRO(S) - SP138712  
: FABIANA NOGUEIRA NISTA SALVADOR - SP305142  
EMBARGADO : IBOTY BROCHMANN IOSCHPE  
ADVOGADO : JOSÉ CARDOSO DUTRA JUNIOR E OUTRO(S) - DF013641  
ADVOGADOS : RACHEL REZENDE BERNARDES - DF016376  
: HAMILTON YMOTO - SP157684  
: RICARDO LEAL DE MORAES E OUTRO(S) - SP325160  
SOC. de ADV. : DUTRA E ASSOCIADOS ADVOCACIA E CONSULTORIA  
INTERES. : PDR CORRETORA DE MERCADORIAS S/S LTDA - ME  
ADVOGADO : FRANCISCO DE ASSIS CALAZANS DE FREITAS - SP041412

### DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência interpostos por BANCO SANTOS S.A. - MASSA FALIDA, contra acórdão proferido pela Terceira Turma, da relatoria da Ministra Nancy Andrighi, e relatoria para acórdão do Ministro Moura Ribeiro, assim ementado (fls. 1.277/1.278):

**RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. FALÊNCIA. BANCO SANTOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. EMISSÃO FRAUDULENTA. RESPONSABILIDADE DO PRODUTOR RURAL. ART. 944, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CC/02. GRAU DA CULPA. REDUÇÃO EQUITATIVA DA INDENIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. Aplicabilidade do CPC/73 ao caso conforme o Enunciado nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

2. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

3. A pretensão reparatória da recorrida nasceu a partir da decretação da falência do Banco Santos, momento em que se concretizaram os danos decorrentes dos atos ilícitos praticados contra seu patrimônio, de modo que não houve o decurso do prazo prescricional apontado

pelo recorrente. Ademais, a deflagração do lapso prescricional em momento anterior à sentença de falência encontra óbice no fato de que a massa falida passou a existir como tal somente a partir de sua prolação, de modo que, por imperativo lógico, não haveria como caracterizar-se, antes disso, eventual inércia da recorrida.

4. As operações fraudulentas intituladas pelo Banco Central de cédulas de produto rural “alugadas” nunca se destinaram ao financiamento da produção rural ou à sua securitização, pois eram emitidas em troca de recursos financeiros imediatos como forma de obtenção de vantagens em outras operações efetuadas pelo banco, engordando seus ativos. A fraude só era possível em razão da anuência dos produtores rurais que emitiam referidos títulos e que assim se beneficiavam com míseros reais diante da monta do ilícito.

5. O art. 944, parágrafo único, do CC/02 autoriza, em caráter excepcional, a gradação da culpa como fator de aferição do montante da condenação, possibilitando reduzir o valor da indenização em virtude de uma conduta havida com grau mínimo de culpa, todavia desproporcional ao prejuízo por ela provocado.

6. A prova da falta de intenção maliciosa afasta a caracterização do dolo, não da culpa. Na culpa não há intenção de causar o dano, mas há previsibilidade. Para a análise da gravidade da culpa deve-se aquilatar a maior ou menor previsibilidade do resultado e a maior ou menor falta de cuidado objetivo por parte do causador do dano.

7. Aplicando-se tais critérios à hipótese dos autos, constata-se que a responsabilidade solidária do produtor rural decorre do fato de ter emitido cédula de produto rural de forma fraudulenta, previamente destinada a ser transferida para a instituição bancária pelo seu valor de face pela PDR (2.284.200,00), recebendo o produtor rural 0,5% do valor do título (12.600,00) a título de “aluguel de assinatura”. Sua participação no esquema fraudulento foi mínima se comparado à atuação da PDR, que foi a responsável pela transferência de inúmeros títulos para a instituição bancária e pelo recebimento dos respectivos valores, posteriormente desviados para diferentes contas bancárias.

8. A conduta isolada do produtor rural não foi apta a ocasionar a bancarrota da instituição financeira, mas a fraude por ele perpetrada contribuiu para o imenso rombo contábil que resultou na lesão de vários investidores em decorrência do ilícito. Desse modo, a culpa do produtor rural configura-se como leve ou levíssima, apta a receber o abrandamento da condenação prevista no art. 944, parágrafo único, do CC/02.

9. Recurso especial parcialmente provido.

Embasando-se em precedente da Quarta Turma (Agint no AREsp n.º 1.155.735/SP), aponta a embargante divergência jurisprudencial, no tocante à possibilidade de rediscussão da responsabilidade solidária decorrente de ato ilícito,

mediante minuciosa análise dos elementos fáticos da causa.

Assevera, que, no caso dos autos "*o revolvimento da matéria fática foi indevidamente travestido de 'valorização' das provas pelo Nobre Julgador, na medida em que o v. acórdão adentrou, sem disfarces, nas particularidades do caso que já haviam sido corretamente delineadas pelo Tribunal de Justiça de origem*" (fl. 1.433). **Ressalta, nesse contexto, que** "*mostram-se irrepreensíveis as razões as razões do v. acórdão paradigmas que, repita-se, afirmou que 'A conclusão a que chegou o Tribunal a quo, acerca da responsabilidade solidária recorrente no evento danoso, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Rever tais fundamentos importaria necessariamente no reexame de provas.'*"

Requer o provimento dos presentes embargos de divergência.

É o relatório.

**Decide-se.**

Os embargos não ultrapassam o juízo prévio de admissibilidade, em razão de sua manifesta inviabilidade.

1. Analisando os presentes autos, evidencia-se a inexistência de similitude fática entre os julgados em confronto, haja vista que o acórdão paradigma (**AgInt no AREsp n.º 1.155.735/SP**), a Quarta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, se posicionou no sentido da impossibilidade de reavaliação dos fatos e provas, pelo óbice da Súmula n.º 7/STJ, na hipótese de responsabilidade solidária entre entidade hospitalar e plano de saúde, decorrente de erro médico por negligência.

Todavia, a discussão dos autos em análise diz respeito à responsabilidade solidária de produtor rural na emissão fraudulenta de Cédulas de Produto Rural (CPR), onde se afastou a incidência das Súmulas 5 e 7/STJ, para se proceder à nova valoração jurídica do quadro fático-probatório dos autos, de modo a se concluir que "*a culpa do produtor rural configura-se como leve ou levíssima, apta a receber o abrandamento da condenação prevista em lei.*" (fl. 1.309).

Assim sendo, é forçoso concluir que apesar dos argumentos deduzidos pela embargante, não foi comprovada, na hipótese, a similitude fática entre os acórdãos confrontados." Nesse sentido, confira-se: AgRg nos EAREsp n.º 23.139/MA, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe de 17/06/2013.

Portanto, não atendidas as exigências regimentais para a demonstração da divergência alegada, o recurso não reúne condições de acolhimento.

Em verdade, as razões dos embargos, revelam tão-somente o intuito de reapreciação da causa, visando alcançar um juízo de retratação na negativa de provimento

do acórdão embargado, o que não se admite na espécie de recurso manejado, por não ser esta a via adequada para rediscutir matéria fática consolidada pelas instâncias ordinárias.

2. Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inc. XVII e 266, §3º, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

